

BOLETIM

SICOOB ALTO VALE

NOTÍCIAS & COOPERAÇÃO

Edição 35
Janeiro a Março de 2025

Sicoob Alto Vale inaugura agência na Serra dos Índios



A primeira agência do Sicoob Alto Vale no interior, localizada na Serra dos Índios, em Presidente Getúlio, vai beneficiar comunidades vizinhas e promover o desenvolvimento da região. A estrutura da cooperativa está localizada no coração da comunidade, em frente à Igreja Nossa Senhora Aparecida.

"Esse investimento é um reconhecimento aos nossos associados da Serra dos Índios e localidades vizinhas. Muitos estão conosco desde o início da Cooperativa, inclusive, é de lá um dos nossos sócios fundadores, Aticus Kniess. Acreditamos no potencial da comunidade e queremos estar mais próximos para poder contribuir, ainda mais, para o desenvolvimento das famílias e negócios na região", destacou o presidente do Sicoob Alto Vale, Pedro Locks.

Até final de 2024, o Sicoob Alto Vale tinha mais de 400 cooperação apenas na comunidade de Serra dos Índios. No local, a cooperativa mantinha, desde 1990, atendimento duas vezes por semana, em uma sala anexo a Cravil. "É uma história de longa data e agora chegou o momento de expandir. Vamos estar ainda mais perto da comunidade, conhecer a realidade de cada um, entender a necessidade e proporcionar a melhor solução financeira", explicou o gerente da agência na localidade,

Luis Paulo Soares.

A inauguração ocorreu no dia 26 de março, com a presença da comunidade, lideranças e autoridades. O prefeito de Presidente Getúlio, Jaci José Fillagranna Bortolon, participou e se disse orgulhoso por ter no município a primeira agência de interior do Sicoob. "Isso mostra o quanto a cooperativa está comprometida com o desenvolvimento da nossa gente. E, claro, evidencia o potencial do nosso povo, pessoas honestas e trabalhadoras".

O cooperado da Serra dos Índios Aticus Kniess, que é um dos 24 sócios-fundadores da Cooperativa, acompanhou de perto o investimento na sua região. "Essa agência aqui pra gente vai ajudar muito, antes precisávamos ir pro Centro, 22 quilômetros, para resolver qualquer questão financeira. Estamos muito gratos e felizes com essa conquista".



Balancete do exercício

BALANCETE PATRIMONIAL (Em Reais)

	dezembro/2024	novembro/2024
ATIVO	1.662.145.117	1.656.842.801
DISPONIBILIDADES	18.354.314	13.759.395
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.674.735.433	1.670.513.978
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	74.698.139	74.960.721
Títulos e Valores Mobiliários	52.553.300	52.121.888
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(290.818)	(329.799)
Relações Interfinanceiras	661.170.462	674.648.650
Centralização Financeira	661.170.462	674.648.650
Operações de Crédito	873.745.531	857.734.788
Outros Ativos Financeiros	12.858.819	11.377.730
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(52.847.919)	(51.093.299)
(-) Operações de Crédito	(51.634.819)	(49.906.622)
(-) Outras	(1.213.100)	(1.186.677)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	642.479	608.560
OUTROS ATIVOS	3.256.477	5.179.561
IMOBILIZADO DE USO	24.356.582	24.046.219
INTANGÍVEL	34.489	26.678
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(6.386.737)	(6.198.291)
TOTAL DO ATIVO	1.662.145.117	1.656.842.801
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.662.145.117	1.656.842.801
DEPÓSITOS	1.046.996.648	1.044.799.330
Depósitos à Vista	281.677.855	259.771.969
Depósitos à Prazo	765.318.793	785.027.361
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	386.071.805	380.051.515
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	118.663.013	119.320.300
Relações Interfinanceiras	259.576.630	252.721.738
Repasse Interfinanceiros	259.576.630	252.721.738
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.652.260	7.728.624
Outros Passivos Financeiros	179.902	280.852
PROVISÕES	3.365.120	3.002.349
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	1.307.259	1.508.876
OUTROS PASSIVOS	22.166.297	27.347.921
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	187.279.220	187.110.735
CAPITAL SOCIAL	87.738.994	87.570.509
RESERVAS DE SOBRAS	76.975.655	76.975.655
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22.564.571	22.564.571
CONTAS DE RESULTADO	14.958.768	13.022.075
RECEITAS	143.102.213	119.789.262
DESPESAS	(128.143.445)	(106.767.188)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.662.145.117	1.656.842.801

MIRIAM PEIXE HINGHAUS
Diretora Administrativa

Elaine Cristina Neto
Contadora - CRC/MG 082.177-O

Sicoob Alto Vale recebe premiação Transformação e Cooperação

Investimento social e cultura de cooperação são temas marcados das categorias que deram ao Sicoob Alto Vale premiação durante a Convenção Sinergia, realizada pela Central Sicoob de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

"Cooperativismo – Propósito que Realiza" foi a temática do evento que tem como objetivo integrar, reconhecer e oferecer conteúdo relevante a equipe Sicoob. Este ano, em março, o evento reuniu cerca de 700 pessoas, no Costão do Santinho, em Florianópolis.

O Sicoob Alto Vale foi reconhecido em duas frentes de trabalho, com o Troféu Essência Transformação que destaca os projetos de investimento social que geram impacto na comunidade com projetos como Coleção Financinhas, Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora, Concurso Cultural, entre outros; e com o Troféu Essência Cooperação que premia as ações que promovem a cultura de cooperação, incluindo programas de treinamento, segurança da informação e iniciativas que fortalecem o ambiente de trabalho.



Palavra do Presidente



O ano inicia com a agenda cheia de eventos, estamos realizando as pré-assembleias, apresentando os números da cooperativa, mas mais que isso, mostrando o impacto positivo que ela proporciona para a comunidade.

Ao longo de 2024, falamos o quanto vinha sendo um ano desafiador, e assim foi, contudo, mesmo diante disso, fechamos o ano com saldo positivo, apresentando sobras e um ótimo resultado aos nossos associados.

Um trabalho que só foi possível por meio da cooperação, do trabalho conjunto entre cooperativa e cooperados. Por aqui, investimos em treinamento e segurança da informação, além da nossa grande conquista: a sede própria, ações que vem repercutindo dia a dia.

Falando em conquista, em março agora, estivemos com uma delegação do Sicoob Alto Vale em Florianópolis, onde participamos da Convenção Sinergia e trouxemos de lá dois troféus. Premiação que coroa um trabalho, na área social e cooperativista, bem como de educação e cuidado com as pessoas e com a segurança da informação.

2025 é também ano de eleição no Sicoob Alto

Vale. Durante a Assembleia Geral, teremos eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Os candidatos, de chapa única, foram apresentados durante cada pré-assembleia e a votação é de responsabilidade dos delegados na AGO. Eu estou a frente da chapa para o Conselho de Administração 2025/2028 junto a outros cinco cooperados, e nosso objetivo é continuar trabalhando para o desenvolvimento do Sicoob Alto Vale e da nossa comunidade, com justiça financeira e a prosperidade!

Um abraço,
Pedro Locks

Expediente

Jornalista responsável:
Aline Kummrow (SC 03175 JP)

Projeto Gráfico:
Comunicação Sicoob Central SC/RS

Diagramação:
Roger Seula

Impressão:
Gráfica Tipotil

Tiragem:
500 exemplares

Circulação:
Alto Vale do Itajaí

Sicoob Alto Vale
Fone: (47) 3522-6944

E-mail:
aline.k@sicoobaltovale.coop.br

Mais de um evento por dia!

Em 2024, o Sicoob Alto Vale realizou 395 eventos nas comunidades onde está presente, o que representa mais de um evento por dia. Contudo, além da quantidade de eventos, destaque para o número de pessoas envolvidas: 22.281. E 2025, a área social, já começou com tudo. Encontros Faço Parte, palestras e contação de histórias sobre educação financeira, eventos em comemoração ao Dia da Mulher em diferentes municípios, Programa Evolua com ações em Presidente Nereu, Imbuia e Rio do Sul, além da entrega de doações de eletrônicos por meio do Projeto ReConecta para quatro entidades da região.

O Fundo de Investimento Social (FIS) do Sicoob Alto Vale está na etapa de execução dos projetos, inclusive algumas entidades já realizaram. Em maio, conforme prevê o edital, é o prazo para prestação de contas.



Educação Financeira – Centro Educacional Perimbó, Petrolândia



Palestra para o público feminino na FEMIVE em Imbuia

Participação na Comunidade

Os primeiros três meses do ano foram de muitos eventos pela região e muito envolvimento da equipe Sicoob Alto Vale também: 4ª Corrida Noturna de Taió, 1º Torneio Familiar de Futebol de Rio do Sul, Dia de Campo Cravil, Mega Feirão de Autos em Rio do Campo e Taió, Itufeira em Ituporanga, Campeonato de Futebol de Campo de Agrolândia, Torneio de Bocha de Salete, Festa do Milho Verde em Imbuia, entre outros.



Itufeira, em Ituporanga

Efeito Disney

Em dezembro, o Sicoob Alto Vale realizou em Pouso Redondo uma palestra sobre atendimento ao público, excelência e experiência do consumidor. O empresário e palestrante Gabriel Villarreal utiliza de exemplos e cases da Disney com o desafio de encantar. A palestra do Programa Evolua teve parceria do Sebrae, CDL e Associação Empresarial de Pouso Redondo.

Esse é apenas um exemplo de eventos que o Sicoob Alto Vale leva para a comunidade. O objetivo do Programa Evolua é o de informar e capacitar e, claro, inspirar e motivar. Ficou interessado? Entre em contato com a agência do Sicoob na sua região.



Programa Evolua – Case Disney – em Pouso Redondo

Ocorrências de fraude e golpe crescem na região

O Sicoob Alto Vale tem recebido ocorrências de fraude e golpes de diferentes tipos, a única semelhança entre eles: dinheiro perdido e muita dor de cabeça!

É importante ressaltar e conversar sobre tentativas de golpes e fraudes, isso alerta as pessoas. Quanto mais se fala, mais informação, mais exemplos e mais cuidado.

Atente-se e compartilhe:

- O Sicoob não pede para realizar transações ou teste;
- Não compartilhe códigos de efetivação ou senhas;
- Desconfie de ligações ou mensagens que peçam dados e transações ou que instrua a clicar em links;
- Precisa devolver um pix, faça apenas pelo aplicativo na opção PIX > Extrato PIX > Extrato e Devolução > Devolver; Ou no seu Extrato, clique no valor recebido que também aparecerá a opção Devolver.
- Confira sempre o nome para quem você faz um Pix, na dúvida, não faça;
- Confira sempre o nome do beneficiário do boleto, a

instituição emitente antes de efetuar o pagamento;

· Recebeu uma ligação ou mensagem informando que foi contemplado com um prêmio em dinheiro, mas que precisa realizar um pagamento? Cuidado, é golpe!

Uma dica importante, uma chamada de golpe pode “prender” a linha por 5 minutos. Se você suspeita de golpe, aguarde mais que 5 minutos para ligar para a sua cooperativa ou qualquer pessoa, antes disso, sua ligação pode estar ainda na mão dos golpistas. Ou utilize outro aparelho telefônico. “Em alguns casos, os golpistas fazem chamada de vídeo para “dar credibilidade” e garantir a fraude. Eles estão cada vez mais audaciosos e direcionam a vítima a passar dados ou fazer transações”, explicou a gerente de Riscos e Controles do Sicoob Alto Vale, Eliane Walle Olson.

Comunicar o ocorrido imediatamente e fazer boletim de ocorrência é o primeiro passo para quem foi vítima de fraude ou golpe. Não espere! Entre em contato com sua agência Sicoob ou ligue para o SAC 24h no 0800 724 4420 na opção 5.



QUEM AVISA,
AMIGO É.
Alerta contra golpes e fraudes.

**Vai estornar um PIX?
Só faça a operação
diretamente na
opção “Devolver”
do extrato.**

Não caia em golpes! Fique atento às dicas de segurança do Sicoob.
A informação é a sua melhor proteção.

Siga nossas dicas para não cair no golpe:

- ✓ Desconfie de pedidos de devolução para uma conta diferente da que fez a transferência original. Pode ser golpe!
- ✓ Ficou desconfiado? Entre em contato com a sua cooperativa e peça orientação.
- ✓ E lembre-se: Nunca faça um novo PIX, utilize sempre a opção “Devolver” do extrato.



Saiba como se proteger.

sicoob.com.br/seguranca

Impacto social e economia são destaque em 2024

O Sicoob Alto Vale fechou o ano de 2024 com mais de 57 mil cooperados e com um resultado superior a R\$ 35 milhões. Com as deduções estatutárias e Legais, o valor à disposição da Assembleia é de R\$ 15,5 milhões. Outro número importante, apresentado durante as 25 pré-assembleias, é o do ganho social, no último ano, contabilizando a economia gerada, o resultado do exercício e o pagamento de juros ao capital do cooperado, o valor soma R\$181.471.945.



Durante as pré-assembleias foi apresentado aos cooperados os candidatos ao Conselho de Administração, para os próximos quatro anos: Pedro Locks de Salete, Valdemar Backmeier de Agrônômica, Fábio Alex Loch de Taió, Patrícia Priscila Rachadel Magnani de Rio do Sul, Volnei Michels de Presidente Getúlio e

Aparecida de Fátima Capstrano Garlini. E ao Conselho Fiscal, para os próximos três anos: Gilberto Antônio Cristofolini de Rio do Oeste, Quezia Correa Daros de Pouso Redondo, Odair Antônio Beckhauser de Petrolândia e Eliane Maria Klaumann Haverroth de Ituporanga.

A eleição ocorre na Assembleia Geral Ordinária (AGO) no dia 10 de abril, em Rio do Sul. Na oportunidade, os delegados, representantes dos associados participam do processo de votação.

“Nossas pré-assembleias são um momento importante de aproximação e transparência com o associado. E em cada município que temos passado, conseguimos levar a informação clara sobre os trabalhos da cooperativa, apresentar os resultados, mesmo perante a um ano desafiador, e falar de ganho social, de trabalho em prol da comunidade, porque isso é o cooperativismo”, destacou o presidente do Sicoob Alto Vale, Pedro Locks.

Só em 2024, 22.281 pessoas foram beneficiadas por meio de ações sociais promovidas pelo Sicoob Alto Vale. Destaque para os eventos do Programa Evolua que oferece palestras e treinamentos educacionais gratuitos para a comunidade em geral e a primeira edição do Fundo de Investimentos Social (FIS) que alocou mais de R\$ 400 mil para projetos sociais da região.

Atualmente, a cooperativa está presente em 23 municípios do Alto Vale, com 28 pontos de atendimento e uma agência digital.

+++++ GANHO SOCIAL +++++ Data base 12/2024 – SICOOB ALTO VALE

Valor Economizado

JUROS
R\$ 102.443.631

TARIFAS
R\$ 33.033.683

CONSÓRCIO
R\$ 12.741

CAPTAÇÃO REMUNERADA
R\$ 847.355

ADQUIRÊNCIA (SIPAG)
R\$ 2.486.332

ECONOMIA TOTAL
R\$ 138.823.744



Valor médio economizado
por cooperado R\$ 3.643

JUROS AO CAPITAL
+ SOBRAS
R\$ 42.648.201



RETORNO TOTAL
R\$ 181.471.945

Valores calculados com base na média de taxas de juros e valores de tarifas praticadas pelo mercado e pelo Sicoob Alto Vale.
Fonte: Banco Cooperativo Sicoob, Banco Central do Brasil e CardMonitor.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 da cooperativa financeira SICOOB ALTO VALE.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.405 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,3 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

Nossa cooperativa

O SICOOB ALTO VALE é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 89,54% nos níveis de "AA" a "C".

Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de

Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL SC/RS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2024, o SICOOB ALTO VALE registrou o total de 48 manifestações. Das reclamações, 16 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2024

Resultados Financeiros do Período	% de variação	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Sobras do Período - antes do Juros ao Capital	-11,96%	17.651.199,50	42.648.201,22	48.439.644,61
Número de cooperados	% de variação		31/12/2024	31/12/2023
Total	11,69%		57.002	51.034

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Rural	16,51%	279.830.183,30	240.184.985,42
Carteira Comercial	4,49%	593.915.347,91	568.407.967,77
Total	8,06%	873.745.531,21	808.592.953,19

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 6,36% da carteira, no montante de R\$ 56.732.850,22.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.
Rio do Sul-SC, 31 de dezembro de 2024.

Captações	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	15,09%	R\$ 281.677.855,20	R\$ 244.742.125,96
Depósitos a prazo	19,01%	R\$ 765.318.792,99	R\$ 643.085.209,99
LCA	19,62%	R\$ 112.079.146,79	R\$ 93.695.265,47
LCI	-79,07%	R\$ 6.533.817,39	R\$ 31.219.071,38
LF	-	R\$ 50.049,16	R\$ -
Total	15,10%	R\$ 1.165.659.661,53	R\$ 1.012.741.672,80

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 8,85% da captação, no montante de R\$ 101.561.944,18.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	22,02%	R\$ 186.543.833,32	R\$ 152.875.092,55

BALANÇO

Balanço Patrimonial

Exercício findos em 31 de dezembro

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		1.662.145.117,23	1.425.504.245,09
DISPONIBILIDADES	4	18.354.313,97	13.724.365,18
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.674.735.432,80	1.426.852.856,66
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	74.698.138,50	57.343.236,14
Títulos e Valores Mobiliários	6	52.553.299,99	48.595.685,30
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	6	(290.817,53)	(85.043,59)
Relações Interfinanceiras	4	661.170.461,61	502.205.611,84
Centralização Financeira		661.170.461,61	502.205.611,84
Operações de Crédito	7	873.745.531,21	808.592.953,19
Outros Ativos Financeiros	8	12.858.819,02	10.200.413,78
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(52.847.918,79)	(30.831.945,61)
(-) Operações de Crédito	7.b	(51.634.819,27)	(30.005.123,25)
(-) Outras	8.1	(1.213.099,52)	(826.822,36)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	642.478,64	1.289.733,87
OUTROS ATIVOS	10	3.256.477,33	1.958.546,62
IMOBILIZADO DE USO	11	24.356.581,53	17.403.352,44
INTANGÍVEL	12	34.488,88	9.197,71
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11-12	(6.386.737,13)	(4.901.861,78)
TOTAL DO ATIVO		1.662.145.117,23	1.425.504.245,09
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.662.145.117,23	1.425.504.245,09
DEPÓSITOS	13	1.046.996.648,19	887.827.335,95
Depósitos à Vista		281.677.855,20	244.742.125,96
Depósitos a Prazo		765.318.792,99	643.085.209,99
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		386.071.805,12	349.937.751,61
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	118.663.013,34	124.914.336,85
Relações Interfinanceiras	15	259.576.629,68	217.335.005,59
Repasse Interfinanceiros		259.576.629,68	217.335.005,59
Obrigações por Empréstimos e Repasses		7.652.260,34	7.446.906,39
Outros Passivos Financeiros	16	179.901,76	241.502,78
PROVISÕES	17	3.365.119,75	2.259.103,43
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	1.307.259,34	1.064.052,20
OUTROS PASSIVOS	19	23.373.257,52	20.149.877,25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	201.031.027,31	164.266.124,65
CAPITAL SOCIAL	20a	87.738.993,85	72.724.712,20
RESERVAS DE SOBRAS		97.762.217,70	71.975.654,94
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20e	15.529.815,76	19.565.757,51
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.662.145.117,23	1.425.504.245,09

BALANÇO

Demonstração das Sobras ou Perdas

Exercício findos em 31 de dezembro

	Notas	2 ° Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		113.949.434,02	218.695.584,26	196.137.854,38
Operações de Crédito	22	71.363.297,20	139.181.844,39	126.636.372,49
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	36.543.069,81	68.498.795,58	61.094.674,23
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	3.665.218,03	6.672.261,77	5.295.557,29
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	2.377.868,98	4.342.702,52	3.111.250,37
Resultado das Aplicações Compulsórias		(20,00)	(20,00)	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(73.191.808,80)	(133.435.193,01)	(115.754.152,69)
Operações de Captação no Mercado		(45.803.238,95)	(86.680.408,28)	(84.609.297,37)
Operações de Empréstimos e Repasses		(7.177.780,17)	(13.419.016,24)	(11.325.821,34)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(20.210.789,68)	(33.335.768,49)	(19.819.033,98)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		40.757.625,22	85.260.391,25	80.383.701,69
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(21.939.676,22)	(40.209.570,64)	(29.977.340,28)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	9.846.788,44	18.280.330,64	13.042.763,42
Rendas de Tarifas	25	500.351,67	1.048.949,88	1.138.490,69
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(18.547.217,98)	(34.763.602,40)	(26.152.039,46)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(13.255.508,53)	(25.220.702,39)	(21.130.287,00)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(263.783,79)	(470.068,90)	(393.955,82)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	5.923.051,02	12.226.025,48	10.651.548,17
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(6.143.357,05)	(11.310.502,95)	(7.133.860,28)
PROVISÕES	31	(938.403,05)	(1.106.016,32)	(519.543,75)
Provisões/Reversões para Contingências		(65.871,98)	(71.056,44)	(56.400,96)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(872.531,07)	(1.034.959,88)	(463.142,79)
RESULTADO OPERACIONAL		17.879.545,95	43.944.804,29	49.886.817,66
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	105.315,56	(92.458,68)	(12.134,26)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		17.984.861,51	43.852.345,61	49.874.683,40
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		118.073,25	(3,42)	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		71.593,91	(2,14)	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		46.479,34	(1,28)	-
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(451.735,26)	(1.204.140,97)	(1.435.038,79)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA		17.651.199,50	42.648.201,22	48.439.644,61

Demonstração de Resultado Abrangente

Exercício findos em 31 de dezembro

	Notas	2 ° Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		17.651.199,50	42.648.201,22	48.439.644,61
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		17.651.199,50	42.648.201,22	48.439.644,61

BALANÇO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findos em 31 de dezembro

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldo em 31/12/2022	62.063.885,35	- 160.090,00	31.648.395,80	8.248.936,95	19.688.809,66	121.430.037,71
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	9.844.404,83	9.844.404,83	-
Distribuição de sobras para associados	9.790.470,08	-	-	-	9.844.404,83	53.925,75
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.078.878,49	6.217,17	-	-	3.072.661,32	-
Por Devolução (-)	8.878.258,96	-	-	-	8.878.258,96	-
Estorno de Capital	37.425,00	-	-	-	37.425,00	-
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	1.240.289,10	1.240.289,10
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	48.439.644,61	48.439.644,61
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	4.934.569,42	4.934.569,42
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	4.873.461,09	-	-	-	4.873.461,09	-
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	13.340.289,22	-	13.340.289,22	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	8.893.526,14	8.893.526,14	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	2.223.381,54	2.223.381,54	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	722.409,88	722.409,88	-
Saldo em 31/12/2023	72.891.920,06	- 166.307,86	44.988.685,02	26.986.969,92	19.565.757,51	164.286.124,63
Saldo em 31/12/2023	72.891.920,06	- 166.307,86	44.988.685,02	26.986.969,92	19.565.757,51	164.286.124,63
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	-	-	-	5.000.000,00	5.000.000,00	-
Distribuição de sobras para associados	14.470.878,62	-	-	-	14.565.757,51	86.078,89
Outros Eventos/Reservas	-	-	3.139.044,85	-	3.491.995,21	352.950,36
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.849.706,81	8.670,78	-	-	2.841.036,03	-
Por Devolução (-)	7.369.258,75	-	-	-	7.369.258,75	-
Estorno de Capital	5.207,00	-	-	-	5.207,00	-
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	1.907.563,54	1.907.563,54
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	42.648.201,22	42.648.201,22
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	5.124.861,81	5.124.861,81
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	5.067.942,75	-	-	-	5.067.942,75	-
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	10.588.510,75	-	10.588.510,75	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	7.059.007,16	7.059.007,16	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	1.764.751,79	1.764.751,79	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	906.822,28	906.822,28	-
Saldo em 31/12/2024	87.913.972,49	- 174.978,84	58.716.240,62	39.045.977,08	15.529.815,76	201.831.027,31
Saldo em 30/06/2024	87.759.885,30	- 215.005,62	44.988.685,02	31.986.969,92	22.564.571,30	187.085.105,72
Outros Eventos/Reservas	-	-	3.139.044,85	-	3.491.995,21	352.950,36
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.181.077,40	40.026,98	-	-	1.221.104,38	-
Por Devolução (-)	6.091.732,86	-	-	-	6.091.732,86	-
Estorno de Capital	3.200,00	-	-	-	3.200,00	-
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	1.907.563,54	1.907.563,54
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	17.651.199,50	17.651.199,50
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	2.602.431,29	2.602.431,29
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	5.067.942,75	-	-	-	5.067.942,75	-
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	10.588.510,75	-	10.588.510,75	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	7.059.007,16	7.059.007,16	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	1.764.751,79	1.764.751,79	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	906.822,28	906.822,28	-
Saldo em 31/12/2024	87.913.972,49	- 174.978,84	58.716.240,62	39.045.977,08	15.529.815,76	201.831.027,31

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercício findos em 31 de dezembro

	No	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	29	17.984.861,51	43.852.345,61	49.874.683,40
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	20.210.769,88	(8.071.333,27)	(5.860.209,03)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	872.551,07	1.034.950,88	463.142,79
Provisões/Reversões Não Operacionais	32	(107.036,47)	76.903,53	(5.909,66)
Provisões/Reversões para Contingências	31	65.871,98	71.056,44	66.400,90
Avaliação de Depósitos em Garantia	29	(8.170,35)	(18.975,17)	(21.716,50)
Depreciações e Amortizações	27	1.155.123,34	1.847.853,10	1.088.362,75
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		37.576.977,50	74.129.638,67	65.413.726,69
Aumento/(Redução) em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21	21.968.635,35	50.771.384,53	(25.313.087,83)
Títulos e Valores Mobiliários	(8.081.723,84)	(12.266.432,32)	18.038.147,38	
Operações de Crédito	(97.423.487,94)	(75.524.730,78)	(132.006.442,05)	
Outros Ativos Financeiros	(1.897.046,12)	(3.569.072,94)	(2.891.787,38)	
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(185.059,05)	847.255,23	(346.504,50)	
Outros Ativos	409.140,43	(1.373.894,24)	(592.784,80)	
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista	12.602.067,15	36.935.729,24	23.662.357,63	
Depósitos em Conta	(339.990,34)	122.233.593,00	145.867.263,15	
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	(2.938.559,29)	(8.261.323,51)	4.020.027,29	
Relações Interfinanceiras	57.668.293,57	42.241.624,09	62.990.497,57	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.376.322,24	205.353,95	5.643.428,26	
Outros Passivos Financeiros	(137.499,01)	(61.601,02)	51.807,47	
Provisões	-	-	10.965,65	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	202.561,96	243.207,14	176.834,79	
Outros Passivos	(2.573.108,44)	(3.105.622,51)	(2.643.033,02)	
FATES - Atos Cooperativos	20	(1.764.751,79)	(1.764.751,79)	(2.223.381,54)
FATES - Atos Não Cooperativos	20	(906.822,28)	(906.822,28)	(722.409,88)
Reversão/Realização de Fundos	20	1.907.563,54	1.907.563,54	1.240.289,10
Imposto de Renda Pago	(2,14)	(2,14)	-	
Contribuição Social Pago	(1,28)	(1,28)	-	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		19.282.550,72	230.381.084,90	160.482.903,98
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	29	-	31.872,80	17.847,89
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo	29	2.505.962,78	6.039.460,67	5.842.361,34
Aquisição de Intangível	(30.394,73)	(30.394,73)	29.813,97	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.443.656,16)	(7.311.103,24)	(4.450.286,04)	
Aquisição de Investimentos	(4.653.811,72)	(5.292.957,04)	(4.752.795,94)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(4.531.871,82)	(6.563.121,84)	(5.313.028,98)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		1.221.104,38	2.841.126,03	3.072.601,32
Devolução de Capital aos Cooperados	(8.091.732,86)	(7.369.258,75)	(6.078.258,96)	
Estorno de Capital	(3.200,00)	-	(5.207,00)	(37.425,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		5.067.942,75	5.067.942,75	(53.925,75)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		5.067.942,75	5.067.942,75	4.873.461,09
Outros Eventos/Reservas		(352.950,36)	(352.950,36)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(158.836,89)	95.973,78	976.512,71
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
		14.591.842,81	223.913.536,84	156.146.387,71
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	755.247.199,42	545.925.505,39	389.779.117,68
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	769.839.042,23	769.839.042,23	545.925.505,39
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		14.591.842,81	223.913.536,84	156.146.387,71

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO ALTO VALE DO ITAJAI - SICOOB ALTO VALE, doravante denominado SICOOB ALTO VALE, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 01/07/1988, filiada à CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. O SICOOB ALTO VALE, sediado à ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 260, PROGRESSO, RIO DO SUL - SC, possui: 27 Postos de Atendimento (PAs), nas seguintes localida-

des: RIO DO SUL - SC, ITUPORANGA - SC, JOSÉ BOITEUX - SC, PRESIDENTE GETÚLIO - SC, AURORA - SC, IMBUÍ - SC, PETROLÂNDIA - SC, POUSO REDONDO - SC, RIO DO OESTE - SC, VIDAL RAMOS - SC, BRAÇO DO TROMBUDO - SC, AGROLÂNDIA - SC, LONTRAS - SC, RIO DO CAMPO - SC, TAIÓ - SC, AGRONÔMICA - SC, IBIRAMA - SC, ATALANTA - SC, PRESIDENTE NEREU - SC, SALETE - SC, TROMBUDO CENTRAL - SC, MIRIM DOCE - SC, DONA EMMA - SC, e 1 Posto de Atendimento Digital. O SICOOB ALTO VALE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e

remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consoante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 24/02/2025.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros:

A Resolução CMN nº 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos:

- i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa;
 - ii) taxa efetiva de juros das operações;
 - iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
 - iv) ativo problemático e stop accrual;
 - v) divulgações e evidenciações em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).
- Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente

da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

- Etapa 1 – Avaliação (2022): Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
- Etapa 2 – Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;
- Etapa 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “De x Para” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

- Etapa 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- Etapa 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- Etapa 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

c) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e BCB n.º 352/2023 no Sicoob:

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

- Classificação em modelos de negócios: Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:

- Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;
Mensuração contábil e reconhecimento: Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período;
- Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro
Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MtM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários);
- Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios
Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

- Taxa de juros efetiva da operação (TJEO): O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.
- Suspensão dos juros (stop accrual): de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelece a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam

à condição de ativos problemáticos.

– Alocação em estágios: dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

- Estágio 1: ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentem problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;
 - Estágio 2: ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com recuperação de crédito;
 - Estágio 3: ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.
- Perdas esperadas (PE): A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperada (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob. Acerca dos efeitos supracitados, segundo melhores estimativas, a administração avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada exigido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, um decréscimo no provisionamento no valor aproximado de R\$ 1.245.785,65, correspondente a 0,62% sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão contabilizados em 1º de janeiro de 2025 em conta destacada no patrimônio líquido.
- Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off): O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios devem estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.
- Hierarquia de valor justo: os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:
- Nível 1: instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração;
 - Nível 2: instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.
 - Nível 3: instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.
- Efeitos tributários Cooperativas: em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

d) Outros aspectos de regulação:

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

- i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;
 - ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;
 - iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433 atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;
- Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.
- Em complemento, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão aplicar a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, e respectivas alterações posteriores da Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.
- Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista na Resolução, a instituição adotará a norma prospectivamente para os contratos a serem celebrados a partir 1º de janeiro de 2025, data em que passa a vigorar conforme determinação da autoridade monetária.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme a aplicação do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de junho de 2021), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2023 são reapresentadas abaixo:

O saldo constante na linha de “Reversão/Realização de Fundo” foi reclassificado na Demonstração do Fluxos de Caixa – DFC, em 2023, do grupo de “atividades de financiamentos” para “aumento/redução em passivos operacionais”. O montante envolvido foi de R\$ 1.240.289,10.

A reapresentação descrita não resultou na modificação do saldo da Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC apurada no exercício findo em 2023.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Com põem os Títulos e Valores Mobiliários:

- i) Participações de Cooperativas: registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020, alterada pela Resolução CMN 5.116/2024, e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.
- ii) Cédulas de Produto Rural (CPRs): títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado. As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira. A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados. Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.
- iii) Outros Títulos de Renda Fixa, Renda Variável e Fundos de Investimentos: os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir even-

tuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens: imóveis de uso – 5%, equipamentos de uso – 10%; veículos e processamento de dados – 20%.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de 20%.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda

possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não Associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB ALTO VALE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	18.354.313,97	13.724.365,18
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	74.698.138,50	571.851,61
Títulos e Valores Mobiliários (a)	15.166.128,15	29.423.676,76
Relações Interfinanceiras - centralização financeira (a)	661.170.461,61	502.205.611,84
TOTAL	769.389.042,23	545.925.505,39

Os saldos referentes aos Certificados de Depósito (CRPFs) foram reclassificados, uma vez que sua natureza não se enquadra na definição de equivalentes de caixa, conforme os critérios de liquidez imediata e vencimento em curto prazo. Dessa forma, os valores foram ajustados e reclassificados para contas apropriadas no exercício de 2023, visando garantir a adequada apresentação e a comparabilidade das demonstrações financeiras entre os períodos.

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL SC/RS como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos da Centralização Financeira	36.543.069,81	68.498.795,58	61.094.674,23

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2024			Circulante
	Circulante	Não Circulante	Total	
Não Ligadas - Vinculadas Ao Crédito Rural (a)	74.698.138,50	-	74.698.138,50	16.357.681,68
Não Ligadas C/ Garantia-Vinculadas Ao Cred. Rural (a)	-	-	-	35.141.225,82
TOTAL	74.698.138,50	-	74.698.138,50	51.498.907,50

(a) As cooperativas Singulares são consideradas, por exclusão, como sociedades não ligadas ao Banco Sicoob. Isso se deve ao fato de que elas possuem apenas ações preferenciais, conferindo-lhes o direito exclusivo à preferência na obtenção de dividendos, conforme estabelecido em seus estatutos. Em relação à garantia, informamos que todas as aplicações em Depósitos Interfinanceiros realizadas no Banco Sicoob são descritas como sem garantia.

Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.665.218,03	6.672.261,77	5.295.557,29

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			Circulante
	Circulante	Não Circulante	Total	
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	20.319.217,27	20.319.217,27	-
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito (a)	-	104.930,41	104.930,41	-
Títulos de Renda Fixa (b)	3.744.949,72	-	3.744.949,72	886.848,30
CRPF (c)	16.513.024,16	-	16.513.024,16	4.040.817,90
Títulos dados em Garantia - Outros (d)	11.871.178,43	-	11.871.178,43	28.536.828,46
Total Títulos e Valores Mobiliários	32.129.152,31	20.424.147,68	52.553.299,99	33.464.494,66
(-) Outros No País (c.1)	(290.817,53)	-	(290.817,53)	(85.043,59)
TOTAL	31.838.334,78	20.424.147,68	52.262.482,46	33.379.451,07

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Os títulos de renda fixa referem-se a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativo - RDC, no SICOOB CENTRAL SC/RS, com remuneração média de 100% do CDI (em 2023 - remuneração média de 100% do CDI).

(c) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme Lei nº 8.929/1994 e alterações posteriores.

(c.1) Referem-se aos valores destinados à formação de provisão para desvalorizações de títulos e valores mobiliários das CPRs.

(d) Títulos dados em garantias - Centralização financeira, são operações onde os títulos são usados como garantia para operações financeiras junto a Central, como empréstimos.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.533.587,52	4.622.721,06	3.196.293,96
Reversão de Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	60.994,43	124.307,37	964,82
Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(216.712,97)	(404.325,91)	(86.008,41)
TOTAL	2.377.868,98	4.342.702,52	3.111.250,37

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			Circulante
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	202.429.201,70	188.709.484,57	391.138.686,27	194.985.103,96
Financiamentos	63.225.285,93	139.551.375,71	202.776.661,64	56.069.530,46
Financiamentos Rurais	148.807.589,64	131.022.593,66	279.830.183,30	133.159.004,25
Total de Operações de Crédito	414.462.077,27	459.283.453,94	873.745.531,21	384.213.638,67
(-) Provisões para Operações de Crédito	(25.725.739,49)	(25.909.079,78)	(51.634.819,27)	(14.043.545,64)
TOTAL	388.736.337,78	433.374.374,16	822.110.711,94	370.170.093,03

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos Rurais	Financiamentos	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA - Normal	13.313.369,64	16.210.165,26	44.820.490,42	74.344.055,35	66.367.086,41	66.367.086,41	66.367.086,41
A 0,50% Normal	92.730.106,11	66.420.989,83	129.157.581,19	288.308.680,13	(1.441.543,40)	286.943.717,02	(1.344.718,59)
B 1% Normal	128.493.823,01	60.219.434,89	74.925.838,10	263.639.096,00	(263.639,96)	236.456.056,54	(2.354.560,57)
B 1% Vencidas	837.551,28	268.238,32	44.320,42	1.106.110,02	(11.501,10)	788.979,08	(7.869,80)
C 3% Normal	90.688.767,94	41.548.560,76	20.393.818,49	152.631.147,19	(457.893,32)	180.684.309,80	(5.420.529,30)
C 3% Vencidas	2.845.403,16	653.610,81	106.231,17	3.605.245,14	(108.157,35)	4.806.624,36	(140.958,73)
D 10% Normal	14.882.446,03	6.922.811,24	2.916.677,53	24.721.934,80	(247.219,48)	18.898.631,20	(1.889.863,12)
D 10% Vencidas	5.316.706,92	2.002.330,10	18.883,57	7.340.920,59	(734.092,06)	2.431.934,00	(243.193,40)
E 30% Normal	4.314.116,92	1.162.169,61	1.799.371,51	7.265.658,04	(218.870,41)	4.939.403,09	(1.481.821,20)
E 30% Vencidas	4.551.899,75	1.424.248,00	510.527,47	6.486.675,22	(194.900,57)	8.011.897,76	(1.803.569,33)
F 50% Normal	4.578.520,33	1.109.695,11	2.138.823,04	7.827.038,48	(391.3519,24)	3.443.311,07	(1.721.865,54)
F 50% Vencidas	3.321.889,52	851.311,90	369.359,64	4.542.561,06	(227.184,74)	1.813.161,53	(908.585,69)
G 70% Normal	1.911.573,47	189.220,73	334.010,32	2.434.804,52	(170.463,16)	1.621.298,75	(1.134.909,13)
G 70% Vencidas	5.480.900,10	325.864,19	156.256,36	5.963.020,65	(417.553,46)	3.138.829,51	(2.197.180,66)
H 100% Normal	6.200.379,50	694.467,27	874.324,77	7.775.171,54	(777.817,54)	2.848.602,70	(2.848.602,70)
H 100% Vencidas	11.630.399,59	2.773.453,59	1.261.969,30	15.675.822,48	(106.742,48)	6.509.105,49	(8.509.105,49)
Total Normal	357.142.135,95	194.477.574,73	277.369.935,37	828.989.645,05	(267.1382,51)	783.202.420,54	(18.196.680,15)
Total Vencidas	33.996.530,32	8.299.086,91	2.469.247,93	44.764.865,16	(249.0995,78)	23.339.532,65	(11.808.463,10)
Total Geral	391.138.686,27	202.776.661,64	279.830.183,30	873.745.531,21	(516.34819,27)	806.592.953,19	(30.005.123,25)
Provisões	(36.222.628,89)	(8.686.501,13)	(6.731.689,25)	(51.634.819,27)	(51.634.819,27)	(30.005.123,25)	(30.005.123,25)
Total Liquido	354.916.057,38	194.090.160,51	273.098.494,05	822.110.711,94	-	776.587.829,94	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Títulos Descontados	84.958.072,03	117.471.129,67	188.709.484,57	391.138.686,27	378.367.223,45
Financiamentos	18.012.637,38	45.212.648,55	139.551.375,71	202.776.661,64	190.040.744,32
Financiamentos Rurais	51.653.490,27	97.154.099,37	131.022.593,66	279.830.183,30	240.184.985,42
TOTAL	154.624.199,68	259.837.877,59	459.283.453,94	873.745.531,21	808.592.953,19

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	% da Carteira	31/12/2024	31/12/2023
Sector Privado - Comércio	82.596.430,48	22.688.524,00	8.826.491,08	13,06%	114.111.445,56	109.388.188,97
Sector Privado - Indústria	57.615.553,26	15.269.027,28	-	8,34%	72.884.580,54	75.156.154,01
Sector Privado - Serviços	90.016.691,52	40.077.618,73	-	14,89%	130.094.310,25	137.136.478,69
Pessoa Física	159.659.246,65	124.719.209,80	271.003.692,22	63,56%	555.382.148,67	485.976.775,51
Outros	1.250.764,36	22.281,83	-	0,15%	1.273.046,19	935.356,01
TOTAL	391.138.686,27	202.776.661,64	279.830.183,30	100,00%	873.745.531,21	808.592.953,19

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(30.005.123,25)	(18.086.214,56)
Constituições/ Reversões no período	(32.002.484,13)	(18.685.601,94)
Transferência para prejuízo no período	10.372.788,11	6.766.693,25
Saldo Final	(51.634.819,27)	(30.005.123,25)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	8.326.171,70	0,93%	4.533.346,22	0,55%
10 Maiores Devedores	38.592.170,88	4,33%	27.154.073,28	3,29%
50 Maiores Devedores	94.665.432,91	10,62%	83.438.475,55	10,11%

Compõe o saldo da concentração de devedores nas operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	11.670.850,64	6.851.732,74
Valor das operações transferidas no período	11.390.388,79	7.117.533,18
Valor das operações recuperadas no período	(2.698.964,46)	(1.046.974,51)
Valor das operações renegociadas no período	(2.336.025,21)	(1.239.896,44)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(24.002,74)	(11.544,33)
Saldo Final	18.002.247,02	11.670.850,64

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, abaixo os montantes de operações renegociadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Operações renegociadas	38.056.161,97	26.388.935,90

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avals e Fianças Honradas (a)	1.478.337,09	-	1.478.337,09	1.094.608,40	-	1.094.608,40
Rendas a Receber (b)	10.675.081,15	-	10.675.081,15	8.482.014,99	-	8.482.014,99
Títulos e Créditos a Receber (c)	143.249,93	-	143.249,93	88.614,71	-	88.614,71
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	562.150,85	562.150,85	-	545.175,68	545.175,68
TOTAL	12.296.668,17	562.150,85	12.858.819,02	9.655.238,10	545.175,68	10.200.413,78

(a) O saldo de Avals e Fianças Honradas é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	31.095,52	-	31.095,52	30.381,00	-	30.381,00
Rendas de Cartões	946.863,60	-	946.863,60	795.788,85	-	795.788,85
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	9.194.285,06	-	9.194.285,06	7.210.870,38	-	7.210.870,38
Rendas de Domicílio Bancário	353.826,84	-	353.826,84	307.714,63	-	307.714,63
Rendas de Poupança	97.996,43	-	97.996,43	82.538,81	-	82.538,81
Rendas de Transações Interfinanceiras	50.728,28	-	50.728,28	45.718,72	-	45.718,72
Outras Rendas a Receber	314,44	-	314,44	2,6	-	2,6
TOTAL	10.675.081,15	-	10.675.081,15	8.482.014,99	-	8.482.014,99

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber – Tarifas	-	-	-	7.249,82	-	7.249,82
Valores a receber - Bônus e rebate – PGPAF	9.315,95	-	9.315,95	4.548,73	-	4.548,73
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	109.875,35	-	109.875,35	78.816,36	-	78.816,36
Títulos de crédito a receber sem características de concessão de crédito	24.058,63	-	24.058,63	-	-	-
TOTAL	143.249,93	-	143.249,93	88.614,71	-	88.614,71

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pis	-	60.861,05	60.861,05	-	59.032,17	59.032,17
Cofins	-	494.512,69	494.512,69	-	479.960,15	479.960,15
Outros Devedores por Depósitos em Garantia	-	6.777,11	6.777,11	-	6.183,36	6.183,36
TOTAL	-	562.150,85	562.150,85	-	545.175,68	545.175,68

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avals e Fianças Honradas	(1.213.099,52)	-	(1.213.099,52)	(826.822,36)	-	(826.822,36)
TOTAL	(1.213.099,52)	-	(1.213.099,52)	(826.822,36)	-	(826.822,36)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avals e Fianças Honradas	Total em		Provisões	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
E 30% Normal	39.502,47	39.502,47	(11.850,74)	100.286,58	(30.085,97)
E 30% Vencidas	178.574,71	178.574,71	(53.572,41)	106.701,87	(32.010,56)
F 50% Normal	3.629,26	3.629,26	(1.814,71)	47.109,05	(23.554,58)
F 50% Vencidas	54.862,43	54.862,43	(27.431,22)	84.231,76	(42.115,88)
G 70% Normal	3.291,27	3.291,27	(2.303,89)	-	-
G 70% Vencidas	274.501,35	274.501,35	(192.150,95)	157.412,57	(110.188,80)
H 100% Normal	-	-	-	24.396,19	(24.396,19)
H 100% Vencidas	923.975,60	923.975,60	(923.975,6)	564.470,38	(564.470,38)
Total Normal	46.423,00	46.423,00	(15.969,34)	171.791,82	(78.036,74)
Total Vencidos	1.431.914,09	1.431.914,09	(1.197.130,18)	912.816,58	(748.785,62)
Total Geral	1.478.337,09	1.478.337,09	(1.213.099,52)	1.084.608,40	(826.822,36)
Provisões	(1.213.099,52)	(1.213.099,52)	(826.822,36)		
Total Líquido	265.237,57	265.237,57		257.786,04	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	344.864,49	-	344.864,49	747.764,15	-	747.764,15
CSLL não compensado no próprio exercício	212.097,52	-	212.097,52	483.011,43	-	483.011,43
COFINS - a compensar	69.879,62	-	69.879,62	48.220,11	-	48.220,11
PIS - a compensar	15.139,87	-	15.139,87	10.446,99	-	10.446,99
IOF - a compensar	-	-	-	291,19	-	291,19
Valores a restituir - PERDCOMP	497,14	-	497,14	-	-	-
TOTAL	642.478,64	-	642.478,64	1.289.733,87	-	1.289.733,87

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	185.752,25	-	185.752,25	80.071,62	-	80.071,62
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	6.848,70	-	6.848,70	9.164,24	-	9.164,24
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	103.777,99	-	103.777,99	803.409,90	-	803.409,90
Devedores Diversos – País (a)	616.050,78	-	616.050,78	194.603,56	-	194.603,56
Material em Estoque	46.951,56	-	46.951,56	385,6	-	385,6
Ativos não Finance Mantidos para Venda – Recebidos (b)	1.252.105,20	-	1.252.105,20	-	-	-
(-) Prov Desv Ativos não Finance Mantidos para Venda - Rec. (c)	(75.963,53)	-	(75.963,53)	-	-	-
Despesas Antecipadas (d)	1.120.954,38	-	1.120.954,38	870.911,50	-	870.911,50
TOTAL	3.256.477,33	-	3.256.477,33	1.958.546,62	-	1.958.546,62

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	452.827,99	-	452.827,99	50.476,67	-	50.476,67
Plano de Saúde a Receber	2.001,02	-	2.001,02	-	-	-
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	5.982,00	-	5.982,00	19.885,40	-	19.885,40
Diferença de Caixa	69.457,39	-	69.457,39	50.500,00	-	50.500,00
Pendências Avals	3.864,16	-	3.864,16	17.700,18	-	17.700,18
Proagro - Adicional	6.753,29	-	6.753,29	56.041,31	-	56.041,31
Outros Devedores Diversos	75.164,93	-	75.164,93	-	-	-
TOTAL	616.050,78	-	616.050,78	194.603,56	-	194.603,56

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Móveis e Equipamentos em Estoque		73.912,92	-
Imobilizado em Curso (a)		53.993,27	5.111.608,25
Terrenos		2.398.756,82	2.398.756,82
Instalações	10%	7.750.821,67	50.768,20
Móveis e equipamentos de Uso	10%	7.511.382,51	4.471.961,39
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.996.663,90	2.709.690,90
Sistema de Segurança	10%	1.153.325,21	898.504,09
Sistema de Transporte	20%	550.370,00	227.558,01
Benefeitorias em Imóveis de Terceiros		1.867.355,23	1.534.504,78
Total de Imobilizado de Uso		24.356.581,53	17.403.352,44
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(471.553,56)	(19.779,17)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(5.012.499,12)	(4.207.031,95)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(101.567,71)	(100.287,42)
(-) Depreciação Benefeitorias em Imóveis de Terceiros		(798.355,16)	(569.720,74)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(6.383.975,55)	(4.896.819,28)
TOTAL		17.972.605,98	12.506.533,16

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2024	31/12/2023
Direitos Relativos a Carteiras de Clientes		3.650,00	-
Sistemas de Processamento de Dados	20%	30.838,88	9.197,71
Intangível		34.488,88	9.197,71
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis		(2.761,58)	(5.042,5)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(2.761,58)	(5.042,5)
TOTAL		31.727,30	4.155,21

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	281.677.855,20	-	281.677.855,20	244.742.125,96	-	244.742.125,96
Depósito a Prazo (b)	762.593.354,69	2.725.438,30	765.318.792,99	639.568.680,89	3.516.529,10	643.085.209,99
TOTAL	1.044.271.209,89	2.725.438,30	1.046.996.648,19	884.310.806,85	3.516.529,10	887.827.335,95

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Depositante	13.101.424,06	1,14%	18.132.711,85	1,82%
10 Maiores Depositantes	67.876.599,20	5,91%	71.223.247,75	7,13%
50 Maiores Depositantes	153.316.544,17	13,36%	146.394.955,43	14,66%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Depósitos a Prazo	(39.589.127,08)	(74.100.113,04)	(70.175.079,98)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(4.747.688,47)	(8.976.106,57)	(9.347.762,33)
Despesas de Letras Financeiras	(49,16)	(49,16)	-
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(596.524,07)	(1.917.841,86)	(3.662.378,79)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(869.850,17)	(1.686.297,65)	(1.424.076,27)
TOTAL	(45.803.238,95)	(86.680.408,28)	(84.609.297,37)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário - LCI	6.533.817,39	-	6.533.817,39	31.219.071,38	-	31.219.071,38
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	48.829.105,21	63.250.041,58	112.079.146,79	34.705.964,76	58.969.300,71	93.695.265,47
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras - LF	50.049,16	-	50.049,16	-	-	-
TOTAL	55.412.971,76	63.250.041,58	118.663.013,34	65.925.036,14	58.969.300,71	124.914.336,85

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13(d) – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	133.692.656,45	118.828.832,22	252.521.488,67	119.091.873,02	89.156.655,26	208.248.528,28
Recursos da Central	7.055.141,01	-	7.055.141,01	2.203.548,57	6.882.930,74	9.086.477,31
TOTAL	140.747.797,46	118.828.832,22	259.576.629,68	121.295.421,59	96.039.586,00	217.335.007,59

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 6% ao ano, com vencimento até 30/10/2034. As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 6,17% ao ano, com vencimento até 25/03/2031.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Central	3.735.593,63	3.916.666,71	7.652.260,34	2.530.239,72	4.916.666,67	7.446.906,39
TOTAL	3.735.593,63	3.916.666,71	7.652.260,34	2.530.239,72	4.916.666,67	7.446.906,39

As operações com Recursos da Central SC/RS correspondem a uma taxa média de 20% do CDI, com vencimento até 10/11/2028.

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(6.936.966,18)	(12.873.303,85)	(10.529.068,13)
Cooperativa Central	(240.813,99)	(545.712,39)	(796.753,21)
TOTAL	(7.177.780,17)	(13.419.016,24)	(11.325.821,34)

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	106,9	-	106,9	10.506,08	-	10.506,08
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	11.799,12	-	11.799,12	113.705,26	-	113.705,26
Operações com Títulos e Valores Mobiliários - IOF a Recolher (b)	167.995,74	-	167.995,74	117.291,44	-	117.291,44
TOTAL	179.901,76	-	179.901,76	241.502,78	-	241.502,78

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	106,9	-	106,9	10.506,08	-	10.506,08
TOTAL	106,9	-	106,9	10.506,08	-	10.506,08

(b) Em Operações com Títulos e Valores Mobiliários - IOF a Recolher estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	165.379,91	-	165.379,91	114.360,50	-	114.360,50
Municipais	780,53	-	780,53	204	-	204
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assinados	1.835,30	-	1.835,30	2.726,94	-	2.726,94
TOTAL	167.995,74	-	167.995,74	117.291,44	-	117.291,44

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.075.069,91	1.619.679,67	2.694.749,58	826.215,27	833.574,43	1.659.789,70
Provisão Para Contingências (b)	-	670.370,17	670.370,17	-	599.313,73	599.313,73
TOTAL	1.075.069,91	2.290.049,84	3.365.119,75	826.215,27	1.432.888,16	2.259.103,43

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa é responsável por cobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Cobrigações Prestadas	133.646.522,09	97.338.058,16
TOTAL	133.646.522,09	97.338.058,16

(b) Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	60.861,05	60.861,05	59.032,17	59.032,17
COFINS	494.512,69	494.512,69	479.960,15	479.960,15
Outras Contingências (b.1)	114.996,43	6.777,11	60.321,41	6.183,36
TOTAL	670.370,17	562.150,85	599.313,73	545.175,68

b.1) Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais:

Descrição	Cível	Tributário	Total
Saldo em 01 janeiro de 2023	14.304,12	517.653,00	531.957,12
Constituição da provisão	46.017,29	496.364,77	542.382,06
Reversão da provisão	-	(593.071,79)	(593.071,79)
Atualização durante o exercício	-	118.046,34	118.046,34
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.321,41	538.992,32	599.313,73
Saldo em 01 janeiro de 2024	60.321,41	538.992,32	599.313,73
Constituição da provisão	68.979,14	-	68.979,14
Reversão da provisão	(14.304,12)	-	(14.304,12)
Atualização durante o exercício	-	16.381,42	16.381,42
Saldo em 31 de dezembro de 2024	114.996,43	555.373,74	670.370,17

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB ALTO VALE, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 501.572,11 (em 2023 totalizando R\$ 143.502,11). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis. O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	56.508,39	-	56.508,39	54.900,74	-	54.900,74
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.043.750,25	-	1.043.750,25	855.515,56	-	855.515,56
Outros (a)	207.000,70	-	207.000,70	153.635,90	-	153.635,90
TOTAL	1.307.259,34	-	1.307.259,34	1.064.052,20	-	1.064.052,20

(a) A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	187.831,85	-	187.831,85	129.664,86	-	129.664,86
ISSQN a recolher	11.166,12	-	11.166,12	11.857,02	-	11.857,02
IRRF sobre juros ao capital	8.002,73	-	8.002,73	12.114,02	-	12.114,02
TOTAL	207.000,70	-	207.000,70	153.635,90	-	153.635,90

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	15.251.993,50	-	15.251.993,50	13.529.969,48	-	13.529.969,48
Cheques Administrativos	-	-	-	10,8	-	10,8
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	778.963,67	-	778.963,67	996.458,58	-	996.458,58
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	5.373.005,43	-	5.373.005,43	4.433.655,27	-	4.433.655,27
Credores Diversos - País (d)	1.969.294,92	-	1.969.294,92	1.189.783,12	-	1.189.783,12
TOTAL	23.373.257,52	-	23.373.257,52	20.149.877,25	-	20.149.877,25

(a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	1.085.362,13	-	1.085.362,13	1.278.279,30	-	1.278.279,30
Gratificações e Participações a Pagar (a.2)	67.911,35	-	67.911,35	-	-	-
Cotas de Capital a Pagar (a.3)	2.984.648,88	-	2.984.648,88	2.344.579,93	-	2.344.579,93
Fundos Voluntários (a.4)	386.732,71	-	386.732,71	444.676,31	-	444.676,31
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.5)	10.727.338,43	-	10.727.338,43	9.462.433,94	-	9.462.433,94
TOTAL	15.251.993,50	-	15.251.993,50	13.529.969,48	-	13.529.969,48

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está substanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) As gratificações, segundo o artigo 457 da CLT, compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953) (Vide Lei nº 13.419, de 2017);

(a.3) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.4) O Fundo Voluntário conforme IN BCB nº 271/2022, são registrados os recursos dos Fundos Voluntários que representem obrigações e que sejam destinados a fins específicos, constituídos com as sobras líquidas apuradas no encerramento do exercício social das cooperativas de crédito em Assembleia Geral.

(a.5) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	3.589.567,31	-	3.589.567,31	2.891.334,31	-	2.891.334,31
Custos de Transações Interfinanceiras	52.714,84	-	52.714,84	48.542,72	-	48.542,72
Seguro Prestamista	751.613,46	-	751.613,46	601.346,46	-	601.346,46
Despesas com Cartões	445.494,95	-	445.494,95	323.085,60	-	323.085,60
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	256.118,79	-	256.118,79	204.086,22	-	204.086,22
Manutenção e Conservação de Bens	10.691,91	-	10.691,91	5.005,00	-	5.005,00
Seguro	38.579,64	-	38.579,64	2.534,94	-	2.534,94
Compensação	28.190,43	-	28.190,43	288.919,27	-	288.919,27
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	200.034,10	-	200.034,10	68.800,75	-	68.800,75
TOTAL	5.373.005,43	-	5.373.005,43	4.433.655,27	-	4.433.655,27

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	4.631,29	-	4.631,29	25.124,08	-	25.124,08
Valores a Repassar à Cooperativa Central	311.430,12	-	311.430,12	229.123,50	-	229.123,50
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	398.062,31	-	398.062,31	186.214,83	-	186.214,83
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	388.734,96	-	388.734,96	145.488,75	-	145.488,75
Diferença de Caixa	2.147,32	-	2.147,32	24.845,41	-	24.845,41
Créditos de Terceiros	111.769,34	-	111.769,34	111.769,34	-	111.769,34
Valor a Pagar de Horas pelos Fundos Garantidores	29.930,16	-	29.930,16	-	-	-
Pendências a Regularizar	3.587,92	-	3.587,92	52.958,02	-	52.958,02
Valores a Liquidar Consignado	144.820,87	-	144.820,87	4.673,34	-	4.673,34
Proagro a Repassar	28.815,92	-	28.815,92	345.961,51	-	345.961,51
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	56.415,23	-	56.415,23	51.306,52	-	51.306,52
Créditos de terceiro. Ativos não finan. mant. p/ venda	110.000,00	-	110.000,00	-	-	-
Outros Credores Diversos - Pais	378.949,48	-	378.949,48	12.317,82	-	12.317,82
TOTAL	1.969.294,92	-	1.969.294,92	1.189.783,12	-	1.189.783,12

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooeporado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	87.738.993,85	72.724.712,20
Quantidade de Cooperados	57.002	51.034

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. No período de 31 de dezembro de 2024 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 3.139.044,85. Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

c) Fundo Voluntário F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, destinada a dar lastro a eventuais deficiências financeiras, bem como para que haja crescimento dos níveis de alavancagem econômica.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11/04/2024 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da seguinte forma:

- Para Fundo de Estabilidade Financeira, no valor de R\$ 5.000.000,00;
- Em novas Quotas-Partes de Capital, no valor de R\$ 14.565.757,51.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sobras do exercício	37.523.339,41	43.505.075,19
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(996.822,28)	(722.409,88)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	1.907.563,54	1.684.965,41
(-) Valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores	(2.938.624,94)	-
(-) Outros valores objetos de recuperações	(200.419,91)	-
Base de cálculo das destinações	35.295.035,82	44.467.630,72
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(10.588.510,75)	(13.340.289,22)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (b)	(1.764.751,79)	(2.223.381,54)
(-) Destinação para Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	(7.059.007,16)	(8.893.526,14)
(-) Destinação para Fundo de Investimento Social - FIS (c)	(352.950,36)	(444.676,31)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	15.529.815,76	19.565.757,51

a) 30% para o Fundo de Reserva, apurado sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

c) 1% (um por cento) Para o Fundo de Investimento Social – FIS, sobre a sobras

deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, que tem como objetivo promoção de ações sociais, educacionais, esportivas, ambientais, culturais, saúde, empreendedorismo, e inovação nas comunidades onde a cooperativa atua.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

f) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 58% da taxa Selic para o exercício de 2024, no montante de R\$ 5.124.861,81 e em 2023, no montante de R\$ 4.934.569,42. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	4.057.195,55	3.496.098,69
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.969.649,83)	(1.663.393,82)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(905.222,38)	(715.420,53)
Resultado operacional	1.182.323,34	1.117.284,34
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(92.458,68)	(12.134,26)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.089.864,66	1.105.150,08
IRPJ/CSLL proporcionais	(3,42)	-
Deduções - Receitas com associados (a)	(93.038,96)	(382.740,2)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	996.822,28	722.409,88

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões – SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Adiantamentos A Depositantes	132.719,58	242.648,10	220.610,93
Rendas de Empréstimos	39.139.975,68	76.540.752,96	70.556.656,81
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.113.176,92	4.612.187,06	5.332.547,04
Rendas de Financiamentos	18.440.481,75	36.081.420,18	33.150.541,82
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	4.061.967,13	7.553.299,68	5.727.440,59
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.557.846,23	3.170.891,89	3.079.377,93
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	562.892,40	1.312.923,83	1.589.914,43
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	2.526.124,47	4.806.590,04	4.758.113,51
Rendas de Créditos Por Avals E Fianças Honrados	877,52	6.682,23	28.538,90
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.827.235,52	4.854.448,42	2.192.630,53
TOTAL	71.363.297,20	139.181.844,39	126.636.372,49

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas De Captação	(45.803.238,95)	(86.680.408,28)	(84.609.297,37)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(7.177.780,17)	(13.419.016,24)	(11.325.821,34)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(20.210.789,68)	(33.335.768,49)	(19.819.033,98)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	11.030.143,32	21.618.881,73	13.064.728,71
Reversões de Provisões para Outros Créditos	208.249,42	364.054,36	225.732,41
Provisões para Operações de Crédito	(30.466.987,92)	(53.620.730,49)	(31.749.416,13)
Provisões para Outros Créditos	(982.194,5)	(1.697.974,09)	(1.360.078,97)
TOTAL	(73.191.808,8)	(133.435.193,01)	(115.754.152,69)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Cobrança	3	2.362.784,27	2.344.235,50
Rendas por Serviços de Pagamento	5.019.843,10	9.401.142,57	5.450.892,38
Rendas de Convênios	155.846,15	326.185,03	337.785,66
Rendas de Comissão	1.658.364,74	2.855.008,02	2.120.107,40
Rendas de Credenciamento	-	5.948,54	-
Rendas de Cartões	811.987,43	1.477.842,32	1.650.415,93
Rendas de Outros Serviços	591.038,73	1.109.254,04	788.615,36
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	397.426,27	742.165,85	350.711,19
TOTAL	9.846.788,44	18.280.330,64	13.042.763,42

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Serviços Prioritários - PF	105.963,00	234.003,60	282.487,80
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	18.408,00	31.262,00	47.726,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	375.980,67	783.684,28	808.276,89
TOTAL	500.351,67	1.048.949,88	1.138.490,69

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(43.041,10)	(89.050,20)	(47.598,64)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(541.336,60)	(1.101.019,68)	(944.458,39)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(4.999.391,81)	(9.046.601,99)	(5.355.460,71)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.286.793,60)	(6.357.508,91)	(5.201.609,99)
Despesas de Pessoal - Proventos	(9.615.206,83)	(18.060.966,32)	(14.522.444,33)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(6.069,10)	(10.500,05)	(30.691,28)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(55.378,94)	(97.955,25)	(49.776,12)
TOTAL	(18.547.217,98)	(34.763.602,40)	(26.152.039,46)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(166.231,40)	(294.732,04)	(284.192,74)
Despesas de Aluguéis	(885.662,47)	(1.763.108,41)	(1.624.360,07)
Despesas de Comunicações	(379.024,03)	(646.351,71)	(634.669,35)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(736.071,28)	(1.198.164,42)	(456.031,17)
Despesas de Material	(293.542,79)	(471.945,46)	(446.683,03)
Despesas de Processamento de Dados	(1.696.107,99)	(3.636.626,01)	(2.474.088,42)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(297.562,79)	(651.400,15)	(825.987,78)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(216.796,28)	(418.926,61)	(511.720,21)
Despesas de Seguros	(121.252,14)	(236.549,89)	(259.424,64)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.217.312,82)	(2.363.942,73)	(2.800.734,74)
Despesas de Serviços de Terceiros	(530.802,00)	(1.151.866,32)	(1.970.434,32)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(824.621,56)	(1.585.053,56)	(1.429.327,56)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.206.506,98)	(2.051.273,01)	(1.387.594,82)
Despesas de Transporte	(490.946,77)	(1.078.585,46)	(834.428,46)
Despesas de Viagem no País	(13.103,61)	(49.622,48)	(40.559,02)
Despesas de Depreciação/Amortização	(1.155.123,34)	(1.847.853,16)	(1.088.362,75)
Outras Despesas Administrativas (a)	(3.024.840,28)	(5.774.700,98)	(4.061.687,92)
TOTAL	(13.255.508,53)	(25.220.702,39)	(21.130.287,00)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Livros jornais e revistas	-	-	(29,90)
Condomínio	(1.491,86)	(3.261,72)	(3.322,65)
Emolumentos judiciais e cartorários	(678.381,80)	(1.134.823,06)	(376.039,11)
Copa/cozinha	(2.375,89)	(75.767,87)	(94.096,45)
Lanches e refeições	(39.150,17)	(118.745,30)	(20.868,58)
Uniformes e vestuários	(5.342,30)	(48.765,60)	(22.441,27)
Contribuição a OCE	-	-	(162.565,25)
Taxas da junta comercial	(320,00)	(320,00)	(1.355,00)
Impostos e taxas	(99,64)	(298,92)	(765,30)
Multas e juros diversos	-	(130,16)	(7.715,41)
Sistema cooperativista	(94.254,55)	(172.800,00)	-
Mensalidades diversas	(22.730,80)	(52.193,13)	(61.778,44)
Rateio de despesas da Central	(1.763.147,30)	(3.309.905,34)	(2.787.935,03)
Ações judiciais	(225,00)	(2.894,79)	(10.676,00)
Materiais de limpeza	-	-	(86.661,90)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(165.007,46)	(376.919,3)	(370.878,12)
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(228.036,41)	(442.785,69)	(36.194,44)
Outras despesas indedutíveis	-	-	(40,00)
Outras despesas administrativas	(24.277,10)	(35.090,1)	(18.325,07)
TOTAL	(3.024.840,28)	(5.774.700,98)	(4.061.687,92)

28. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(72.602,38)	(117.945,55)	(78.376,34)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(98.928,03)	(177.094,67)	(174.163,40)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(92.253,38)	(175.028,68)	(141.416,08)
TOTAL	(263.783,79)	(470.068,90)	(393.955,82)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	638.100,78	803.629,36	1.164.937,16
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	-	418.424,00	-
Dividendos	-	31.872,60	17.847,69
Distribuição de sobras da central	2.595.992,78	6.039.460,67	5.842.361,34
Atualização depósitos judiciais	9.170,83	16.975,17	21.718,50
Rendas de Repasses Interfinanceiros	874.727,21	991.723,15	742.904,64
Outras rendas operacionais	536.820,45	1.286.402,50	240.761,52
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	1.268.238,97	2.637.538,03	2.621.017,32
TOTAL	5.923.051,02	12.226.025,48	10.651.548,17

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1.356,32)	(11.571,33)	(14.724,46)
Despesas de Recursos do PROAGRO	(754,44)	(1.987,85)	(1.981,53)
Outras Despesas Operacionais	(1.027.559,65)	(2.036.131,68)	(1.197.258,13)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(3.720.069,95)	(6.985.918,76)	(3.812.373,87)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	-	(578,84)	(3.766,38)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(2.413,69)	(6.700,35)	(5.067,09)
Outras Contribuições Diversas	(107.373,21)	(202.588,51)	(148.575,65)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(13.558,86)	(26.345,16)	(45.350,14)
Perdas - Fraudes Externas	-	-	(71,51)
Perdas - Práticas Inadequadas	(10.141,81)	(12.065,19)	(75.337,17)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	-	-	(20.667,77)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	-	(675,76)	(94,09)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(4.510,56)	(5.370,19)	(11.964,07)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(844.724,6)	(1.609.675,37)	(1.796.628,42)
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	(410.893,96)	(410.893,96)	-
TOTAL	(6.143.357,05)	(11.310.502,95)	(7.133.860,28)

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Provisões/Reversões para Contingências	(65.871,98)	(71.056,44)	(56.400,96)
Provisões para Contingências	(55.417,76)	(74.906,34)	(56.400,96)
Provisões para Contingências - Sucumbências	(10.454,22)	(10.454,22)	-
Reversões de Provisões para Contingências	-	14.304,12	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(872.531,07)	(1.034.959,88)	(463.142,79)
Provisões para Garantias Prestadas	(1.775.804,35)	(2.770.224,7)	(1.751.841,49)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	903.273,28	1.735.264,82	1.288.698,70
TOTAL	(938.403,05)	(1.106.016,32)	(519.543,75)

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	4.140,00	4.140,00	-
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	55.419,96	55.419,96	-
Ganhos de Capital	4.377,47	10.453,74	21.209,58
Outras Rendas Não Operacionais	0,02	1.913,70	34.660,48
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(27.495,54)	(41.205,22)	-
(-) Perdas de Capital	(38.085,86)	(47.077,98)	(73.973,98)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(76,96)	(139,35)	-
Provisões/Reversões Não Operacionais	107.036,47	(75.963,53)	5.969,66
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	460.251,50	700.618,07	-
Reversão de Outras Provisões Não Operacionais	-	-	120.986,86
(-) Despesas de Outras Provisões Não Operacionais	(353.215,03)	(776.581,60)	(115.017,20)
TOTAL	105.315,56	(92.458,68)	(12.134,26)

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

34. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010). Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 art.44.

Natureza da Operação	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Operação de crédito	5.337.708,86	4.593.791,02
PCLD - Provisão de crédito	33.009,58	22.949,28
Taxa média	2,53%	2,44%
Prazo médio	106,08	108,69
Operações Passivas		
Depósitos	4.970.477,46	7.054.270,96
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	688.247,95	587.066,01
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	-	14.210,69
Taxa Média Depósitos	91,04%	90,07%
Taxa Média - LCA	0,78%	0,76%
Taxa Média - LCI	-	0,71%
Prazo Médio Depósitos	62,95	77,63
Prazo Médio - LCA	24,03	24,02
Prazo Médio - LCI	-	8,78
Garantias prestadas	18.213.337,72	9.820.341,27
Capital social	607.906,33	515.129,54
Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.085.027,27)	(941.628,91)
Encargos sociais	(198.609,34)	(190.356,33)
Benefícios	(15.992,41)	(2.829,48)

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB ALTO VALE, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB ALTO VALE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações. Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL SC/RS:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira - Nota 4	661.170.461,61	502.205.611,84
Ativo - Participações de Cooperativas - Nota 6	20.319.217,27	15.066.417,59
Ativo - Título de Renda Fixa (TVM) - Nota 6(b)	3.744.949,72	886.848,30
Ativo - Rendimentos Centralização Financeiras a Receber - Nota 8(b)	9.194.285,98	7.210.870,38
Total de Operações Ativas	694.428.914,58	525.369.748,11
Operações Passivas		
Passivo - Repasses Interfinanceiros - Nota 15(a)	7.055.141,01	9.086.477,31
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses - Nota 15(b)	7.652.260,34	7.446.906,39
Total de Operações Passivas	14.707.401,35	16.533.383,70
Receitas	31/12/2024	31/12/2023
Ingressos de Depósitos Intercooperativos - Nota 4(a)	68.498.795,58	61.094.674,23
Despesas		
Rateio de Despesas da Central - Nota 27(a)	(3.309.905,34)	(2.787.935,03)
Total das Despesas	(3.309.905,34)	(2.787.935,03)

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR)	186.543.833,32	152.875.092,55
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.008.594.384,17	887.839.878,28
Índice de Basileia (mínimo 12%)	18,49%	17,21%
Imobilizado para cálculo do limite	17.972.605,98	12.506.533,16
Índice de imobilização (limite 50%)	9,63%	8,18%

36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós-emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Previdência Privada	(89.284,56)	(154.115,93)	(112.988,15)
TOTAL	(89.284,56)	(154.115,93)	(112.988,15)

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle,